

# PROGRAMA VILA VIVA: CONTRADIÇÕES E RESISTÊNCIAS NO PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DE UMA FAVELA EM BELO HORIZONTE

**Denise Aparecida O. Pimenta -UFMG**

**Fernanda dos S. Januário-UFMG**

**Geíse Pinheiro Pinto-UFMG**

**Maria Luísa M. Nogueira-UFMG**

**Thalles Rodrigo G. Ribeiro-UFMG**

**Email: [marilumn@yahoo.com.br](mailto:marilumn@yahoo.com.br)**

## **Introdução**

As favelas são marcadas e constituídas historicamente pelo estigma social, que a naturaliza como o lugar da criminalidade, da ilegalidade, da violência. Estão presentes no cenário urbano, mas não são consideradas como parte da cidade, sendo percebidas como o espaço da anormalidade ou dentro de algumas perspectivas, uma doença da sociedade - *o câncer urbano Valladares (2000)*. Dessa maneira, as favelas e seus moradores são vistos como um problema representando uma *ameaça e obstáculo* para os interesses de um projeto de cidade moderna e civilizada. Isso tem norteado as práticas de intervenção em tais lugares na cidade de Belo Horizonte, desde seu início.

O *problema-favela* em Belo Horizonte, como já sabido, remonta a sua própria fundação. Antes da construção da nova capital já nasciam as favelas para abrigar a mão-de-obra necessária. Tão cedo quanto seu surgimento foram as tentativas do Estado em erradicá-lo. Dessa forma, surgem programas de urbanização que, em sua maioria, vem trazendo em suas propostas um discurso de melhorias das condições vividas pela população favelada. Assim, neste trabalho propomos uma reflexão sobre o programa de urbanização de favelas Vila Viva, tendo como referência sua implementação no Aglomerado da Serra situado na região centro sul da cidade de Belo Horizonte.

Essa reflexão será baseada em alguns princípios da Psicologia Social e da Geografia reconhecendo a importância do diálogo entre essas duas áreas de conhecimento na produção de um saber científico e social. Para esse fim, propomos apresentar uma breve revisão bibliográfica sobre a temática, descrevendo sucintamente a história das políticas de intervenção urbana em vilas e favelas na cidade de Belo Horizonte; entrevistas com moradores do Aglomerado da Serra, tentando compreender as percepções, vivências e impactos gerados em um processo de urbanização. A partir do levantamento dos dados foi feita uma discussão sobre os aspectos envolvidos nesse projeto de urbanização, problematizando as relações entre as políticas públicas e a participação dos moradores na formulação e implementação desse programa.

## **Histórico das políticas de intervenção urbana em vilas e favelas na cidade de Belo Horizonte**

Para melhor compreender essa característica das formas de intervenção em favelas traçamos um percurso histórico dessas políticas urbanas, tentando mostrar seus focos de ação

e as ideologias e projetos de sociedade que subsidiaram os mesmos. As primeiras intervenções nas favelas de Belo Horizonte surgiram a partir de uma necessidade de estancar o descompasso que havia entre o crescimento industrial da chamada zona urbana e os espaços ocupados pelas classes populares. É importante destacar que o movimento inicial não partiu dos governos, mas de manifestações populares, como a da União dos Moradores do Bairro Santa Efigênia, os moradores do bairro Floresta e do bairro Lagoinha, em busca de melhorias nas condições de vida. Porém, não havia um interesse de melhoria de tais lugares ocupados pelas camadas populares, mas o que se pretendia era o controle da expansão de tais classes, que ameaçam a “cidade moderna”. Nessa perspectiva, diversas ações de contenção foram implementadas como forma de manter a higiene e a ordem requeridas no centro da cidade.

Na primeira metade do século XX a discussão girava em torno da ilegalidade, da ocupação do espaço e, assim, dois movimentos podiam ser simultaneamente observados: o do Estado no sentido de expulsar as populações das favelas para localidades mais distantes da cidade (tratava-se de uma questão policial) e a dos moradores no sentido de conseguir condições mais dignas de moradia. Nas décadas de 50 e 60 os favelados voltaram a conseguir uma articulação através de associações de moradores ampliando a expressão de seu movimento e o alcance de suas reivindicações.

Com o golpe militar, há um controle mais efetivo sobre os movimentos de bairro, sendo muitos considerados de caráter subversivo. Diante desse silenciamento dos movimentos, a política de remoção dos moradores das favelas ganha força total dentro de um projeto progressista de nação. Nesse momento se desenvolvia um amplo programa de desfavelamento, *objetivando recuperar, moral e economicamente, os habitantes das favelas, eliminando-as e substituindo-as por bairros populares compostos de moradias de baixo custo.* (Ostos, 2004: 44). Ainda durante o período militar, em 1971, surgiu a Coordenação de Habitação de Interesse Social de Belo Horizonte (CHISBEL), que tinha como função principal o desfavelamento total da cidade e funcionou até 1983.

Esse ideal de extinção das favelas não pôde ser alcançado, sendo modificado para uma proposta de urbanização, que, segundo Ostos (2004), significava remover favelas, liberar a área, quando não limpá-la. As casas eram medidas, marcadas e as famílias indenizadas. Esse processo era caracterizado por um procedimento de orientação, que consistia em *convencer* as pessoas da importância da mudança, evitando o retorno das pessoas às favelas. Assim, como todas as outras propostas de intervenção impostas, o projeto teve muita resistência de moradores que não queriam deixar suas casas, por diversos motivos: relações de amizade com os vizinhos, renda financeira com o imóvel, baixo valor da indenização.

Com a progressiva abertura do regime, em 79, começamos a observar a reorganização dos movimentos populares, que tornou possível uma mudança na lógica de intervenção baseada no desfavelamento para uma lógica da urbanização. Nessa linha, ocorreu a implantação ainda em 79, em Belo Horizonte, do PRODECOM (Programa de Desenvolvimento de Comunidades) que tinha como objetivo a urbanização de favelas e áreas periféricas da cidade e, de alguma forma, começa a considerar o direito dos moradores de permanecer nas áreas ocupadas das favelas, sendo um avanço em relação ao CHISBEL, pois agora buscava manter as famílias e melhorar as infra-estruturas do lugar.

Em 1983, a partir de muita luta e da incisiva reivindicação dos movimentos como FAMOBH (Federação das Associações de Moradores de Belo Horizonte), UTP (União dos Trabalhadores de Periferia), a Pastoral de Favelas entre outras, é criado o Pró-Favela<sup>1</sup>, programa municipal que visava conceder a posse da terra aos moradores de favelas, reconhecendo o direito dessa população a moradia. Os resultados do Pró-Favela foram

---

<sup>1</sup> O Pró-Favela foi um marco do reconhecimento das camadas populares e, mais especificamente, dos favelados como interlocutores no processo de intervenção urbana, sendo fruto de muitas lutas dessa população. Daí criou-se programas de Intervenção Estrutural em Favelas, que aconteceu de duas formas. Em um primeiro momento com o Projeto Alvorada e no segundo momento com o Plano Global Específico (PGE).

tímidos, muito embora tenha sido considerado modelo para as demais cidades brasileiras. Em 1986, é criada a URBEL (Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte), com o objetivo de gerenciar o Pró-Favela e de possibilitar urbanização, regularização e titulação fundiária das favelas na capital.

A partir de 1994 difunde-se outra modalidade de intervenção nas principais capitais do país através de programas de alcance municipal e com investimentos significativos. Em BH, pioneiramente, entre 1993 e 1994 foi criado o Conselho Municipal de Habitação e estabelecida a política Municipal de Habitação Popular, que passou a compor o plano diretor da cidade em 1996. A partir de então foram estabelecidas as Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) com a Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo do Município.

O Orçamento Participativo criado em 1993 também constitui um dos importantes meios de intervenção urbana nas favelas. Uma das principais conquistas de moradores no OP e que deram subsídios para a criação do Programa Vila Viva foi o Plano Global Específico (PGE). Este foi proposto a partir dos moradores da Pedreira Prado Lopes no OP de 1996 e foi executado no início pela URBEL. O PGE consiste em um “diagnóstico” geral do espaço das favelas e estabelece as diretrizes de ação.

Destaca-se que a participação freqüente dos moradores na luta pela garantia de direito a moradia e, mais ainda, em organizações que se apresentam como resistências a modelos de viver nas cidades impostas por grupos sociais dominantes foram invisibilizadas e desconsideradas durante os processos de elaboração e implementação de políticas públicas com fins a urbanização das favelas. Assim, pretendemos identificar que intervenção urbana em tais lugares sempre esteve marcada por conflitos.

## **O Programa Vila Viva**

Pretendemos, primeiramente, apresentar algumas informações sobre o programa Vila Viva extraídas do site da prefeitura de Belo Horizonte para posteriormente analisar alguns pontos de tal proposta.

Em 2000, no governo do petista Fernando Pimentel, inicia-se o projeto piloto do Programa Vila Viva (PVV). A criação de tal Programa está diretamente relacionada com o Plano Global Específico<sup>2</sup> de cada vila. Para a realização do projeto há três etapas que devem ser seguidas: levantamento de dados, elaboração de um diagnóstico integrado dos principais problemas da área em estudo e, por último, definição das prioridades locais e das ações necessárias para atendê-las.

Para implantar o Programa, a Prefeitura conta com 171,5 milhões de reais. Deste montante, 113,3 milhões de reais são financiados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), com contrapartida de 25% da Prefeitura, e 58,2 milhões de reais pelo Governo Federal, através do Programa Saneamento para Todos, da Caixa Econômica Federal, com contrapartida de 10% do município.

Segundo dados da prefeitura, o programa oferece como principais ações obras de saneamento, remoção de famílias, construção de unidades habitacionais, erradicação de áreas de risco, reestruturação do sistema viário, urbanização de becos, implantação de parques e equipamentos para a prática de esportes e lazer. Para que isso aconteça as famílias serão removidas para moradias verticais<sup>3</sup>, cujo valor é em torno de R\$30.000,00 (trinta mil reais). A família pode optar em mudar para os apartamentos obtidos ou receber uma indenização, de acordo com o valor do imóvel que ela mora. A média de tal indenização é em torno de 20 a 22 mil reais. Contudo, algumas vezes, depois da avaliação de engenheiros percebe-se que o valor da residência não ultrapassa 3.000 reais. Assim freqüentemente, os moradores acabam indo para o interior ou para regiões muito distantes da região com o qual estavam acostumados a

---

<sup>2</sup> Este plano tem como principal objetivo um estudo aprofundado das vilas e favelas de Belo Horizonte.

<sup>3</sup> Apartamento composto de dois quartos e tem uma área de aproximadamente 46m<sup>2</sup>.

morar. Ainda, segundo dados da prefeitura de Belo Horizonte o pioneirismo no projeto está no fato de preservar os vínculos sociais e afetivos entre os moradores buscando preservar suas permanências na favela e próximos aos vizinhos.

Os objetivos oficiais do Programa Vila Viva são a redução de parcela do déficit habitacional, a melhoria e recuperação de um estoque de moradias já existentes por meio da reestruturação física e ambiental dos assentamentos, o desenvolvimento social e econômico e a melhoria das condições de vida da população, com o acompanhamento constante da comunidade e o exercício da cidadania. Tais objetivos se encontram no escopo da Política Municipal de Habitação, cujo objetivo é promover o acesso à moradia para aqueles que não possuem condições financeiras para adquiri-la ou pagar aluguéis, vivendo em situações extremamente *precárias*.

Gostaríamos de levantar alguns pontos que apresentam contradições entre o discurso oficial do poder público e o discurso de outras vozes sobre a implementação e consequência do Programa Vila Viva. Primeiro em relação à proposta e objetivos citados acima. A mudança para as moradias verticais apresenta algumas implicações que merecem uma solução que atenda melhor aos removidos que sobrevivem do comércio existente na favela, já que no conjunto residencial tal atividade não é possível de se concretizar, ficando o morador sem a renda do seu comércio e sem indenização do mesmo, recebendo só pela moradia.

Ainda, segundo Gomes (2008) antes de serem encaminhados para os prédios, os moradores passam por uma espécie de triagem, com fins de identificar as famílias que apresentam condições de assumir os custos da moradia. Os demais recebem indenizações e vão residir em locais periféricos, geralmente na região metropolitana de Belo Horizonte, muitas vezes, em condições mais precarizadas.

Cerca de 90% dos operários que trabalham no programa são moradores das comunidades. Com a participação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), foi criado um curso de costura industrial, que já formou dezenas de mulheres. O resultado foi a formação de uma cooperativa de costureiras, cuja primeira encomenda foi a confecção de 200 uniformes vermelhos usados pelos operários do programa. Estão previstos ainda cursos de capacitação em construção civil e agricultura urbana, para formar profissionais em jardinagem e plantio de mudas frutíferas e ornamentais. Essas são algumas ações apresentadas pelo programa como forma de participação dos moradores, contudo podem ser entendidas como estratégias utilizadas para garantir que as obras transcorram sem resistência, dentro do cronograma e com a adesão da população.

No artigo *BH – Vila Viva ou Vila morta?* assinado por diversos movimentos populares, são levantados alguns fatores que atingem diretamente os moradores das favelas. Segundo os dados apresentados no artigo o Programa Vila Viva apenas segue interesses imobiliários, uma vez que as regiões mais atingidas pelo programa são regiões valorizadas, mas que não mais havia espaço para construção de imóveis. Além disso, relatam as estratégias de remoção dos moradores como a destruição das casas que atinge psicologicamente os moradores, já que as casas a serem derrubadas são marcadas e a destruição é gradual, fazendo com que antes, onde se localizava uma casa, seja aos poucos substituída por entulho, oferecendo um lugar propício para o aparecimento de bichos, proliferando lixo e afetando a passagem. Ainda trazem outra questão sobre como a intervenção geralmente inclui a construção de avenidas, ligando um bairro ao outro o que nos leva a questionar para quem e para que serve alargamento de ruas e construções de avenidas na favela?

Apesar das ações apresentadas pela prefeitura de Belo Horizonte, é necessário que se tenha um olhar crítico sobre o PVV e de como ele irá atuar em grandes favelas, muitas delas surgidas antes mesmo da construção da cidade de Belo Horizonte, o que implica na intervenção em um lugar situado histórica, social e geograficamente. É preciso também considerar que estas obras não foram solicitadas pelos moradores dos aglomerados atingidos, e sim, uma imposição da prefeitura, o que implica numa *desfavelização forçada*.

Nesse sentido, apostamos na importância de um olhar crítico para as questões políticas, sociais e econômicas que estão em jogo nessa intervenção urbana. Como aponta Paola Jacques (2007):

Mas as favelas não fazem parte da cidade há mais de um século? Será necessária essa integração formal? Não seria uma imposição autoritária de uma estética formalista visando à uniformização do tecido urbano? Por que não assumir de uma vez a estética das favelas sem as imposições estéticas, arquitetônicas e urbanísticas dos atuais projetos de urbanização, que acabam provocando a destruição da arquitetura e do tecido urbano original da favela para criar espaços sem identidade própria, dos quais, muitas vezes, a população local não se apropria e ficam rapidamente deteriorados e abandonados? ( Jacques, 2007: 14)

Assim, percebemos que nessas políticas de urbanização há uma visão de cidade como um lugar homogêneo, estático e abstrato não reconhecendo as diversidades dos lugares e dos moradores, ou seja, da realidade vivida. O próprio nome do programa (Vila Viva) nos faz questionar sobre o vivo e o morto das cidades, pois com as revitalizações e urbanizações há a expectativa que esses lugares se tornarão vivos desconsiderando a riqueza do cotidiano vivenciada pelos moradores.

### **Vila Viva no Aglomerado da Serra sobre a perspectiva dos moradores**

Segundo dados da prefeitura, o Aglomerado da Serra é composto por seis favelas e quase 50.000 pessoas ou nove favelas e mais de 100.000 mil pessoas, conforme relatos e levantamentos de associações de moradores lá existentes. O Aglomerado da Serra tem uma área de 1,4 milhão de metros quadrado. É formado pelas vilas Marçola, Nossa Senhora de Fátima, Nossa Senhora Aparecida, Nossa Senhora da Conceição, Novo São Lucas e Santana do Cafezal.

A obra implementada pelo Programa Vila Viva consiste na construção de uma grande avenida, que vai unir a Av. Cardoso, no bairro Santa Efigênia, região leste da capital, à rua Caraça, na Serra. Além da alteração do sistema viário, o programa prevê a construção de cerca de 1500 unidades habitacionais, em 10 conjuntos, para onde serão deslocadas famílias removidas em função das obras ou retiradas das áreas de risco. No Aglomerado da Serra, cerca de 80% da mão-de-obra é de trabalhadores residentes no próprio Aglomerado.

Na tentativa de tentar compreender como esse programa vem sendo apropriado e pelos moradores e buscando tensionar a visão destes com as propostas divulgadas oficialmente, realizamos entrevistas com dez moradores do Aglomerado da Serra, que foram abordadas nas ruas ou becos, depois de uma apresentação das entrevistadoras que convidavam os moradores a participarem das entrevistas de maneira livre e espontânea. Essas entrevistas seguiram um roteiro semi-estruturado, com as seguintes perguntas: o que você acha do programa Vila Viva? Quando e como ficou sabendo da proposta? Você considera a sua participação nesse processo? Como você avalia o programa? Quais mudanças você percebe com as obras?

A maioria dos moradores entrevistados estão gostando da proposta do Programa Vila Viva, alegando melhorias de ruas e becos, com redução de engarrafamento em algumas ruas do Aglomerado consideradas estreitas: ônibus coletivo, saneamento básico e retirada das pessoas que moravam em locais com risco de desmoronamentos. Outro ponto positivo, de acordo com os moradores entrevistados, foi a respeito da criminalidade que diminuiu depois do projeto ser implantado, pois, com a retirada dos becos os traficantes não estão tendo mais lugares para se esconderem e com isso a polícia, com maior acesso nas ruas asfaltadas e abertas, tem maior probabilidade de abordá-los. Algumas falas exemplificam essas questões.

Beco mais organizado, limpinho, cimentado. (moradora, 48 anos)

Todo mundo tá gostando, crítica não escuta. Melhorou por causa das drogas, era tudo nos becos e agora não tem. ( moradora, 23 anos)

Evoluiu bastante, era uma becaçada, agora tem as casas e os apartamentos tudo arrumadinho. O ônibus nem passava e agora passa. (morador, 39 anos).

Os moradores ressaltaram que ficaram sabendo do programa através de panfletos, de papéis afixados nos postos de saúde, conversando com os outros moradores, através de um vereador da própria favela e com o início das obras. Um dos moradores de 39 anos e que vive no local há 22, relatou que ficou sabendo das mudanças que iam ser feitas a partir da Rádio Favela. Hoje, além de trabalhar nas obras mora em um dos prédios construídos na Vila Fátima e conta das visitas e demarcações feitas antes de derrubarem as casas. Diz estar gostando de morar nos prédios e que tudo é muito tranquilo. Porém, destaca que a vizinhança que convivia com ele na casa anterior não foi para os prédios e com isso atualmente possui outros vizinhos.

Um dos benefícios do Programa Vila Viva considerado pela prefeitura é o aumento de oportunidades de emprego. Segundo os trabalhadores que conversamos, a maioria das pessoas contratadas são moradoras do Aglomerado pela própria questão do transporte, mas verificamos que trabalhadores do interior vão até os órgãos responsáveis pelos contratos para conseguirem uma chance de trabalho. No caso destes últimos não são oferecidos nenhum tipo de auxílio moradia e com isso eles têm que alugar barracões no Aglomerado para poderem exercer suas atividades ou funções. Além desses trabalhadores contratados pela prefeitura, existem trabalhadores de empresas terceirizadas.

Apesar de trazerem algumas melhorias, algumas pessoas relataram críticas como a insatisfação de verem a vizinhança se desfazer. Um morador de 40 anos retrata isso ao comentar sobre os amigos que devido às obras estão indo embora e do desgosto de ter que vê-los sair. Além da ruptura de vínculos, alguns moradores revelaram que não querem viver nos prédios - considerados pequenos - porém contam da péssima indenização que só permite comprar casas pequenas em lugares distantes. Problemas em conciliar a vida anterior com o cotidiano dos prédios são discutidos como a criação de plantas e animais que com a nova moradia se torna inconciliável. Também percebemos que os moradores não querem pagar custos como condomínios, esgoto e gás (alguns moradores não tinham gastos com o gás devido ao fogão de lenha).

Em uma parte de sua dissertação defendida em 2003, Mara Marçal Sales analisa a expectativa dos moradores da Pedreira Padre Lopes de terem que residir em apartamentos. Os entrevistados relatam dúvidas e dificuldades na possibilidade de adaptação que a nova experiência demanda como na fala a seguir:

... (os moradores) falam o seguinte, que o povo favelado não tem costume para morar em apartamento, Põe o som alto, não respeita o vizinho, joga lixo na porta do outro e etc., briga demais (...) ainda falta eles começarem a descobrir os benefícios de morar em apartamentos...que é a ventilação, né, que é a casa mais arejada pra não adoecer tanto. Porque a maioria das pessoas que mora nuns cubículos aí apertados, sem ventilação, tá com aparelho respiratório todo comprometido” ( Morador da Pedreira, citado por Mara Marçal Sales, 2003: 94)

Em 1997, foi inaugurado pela prefeitura um conjunto chamado Araribá para abrigar vinte e duas famílias que moravam em área de risco e outras dezoito que residiam de forma precária na Pedreira. Cada um dos quarenta apartamentos tem uma área aproximada de 32 metros quadrados e desde o início se constituiu como uma fonte de problemas. Os novos moradores que originalmente eram de partes diferentes da favela não tinha afinidade e por isso brigavam. O pagamento do condomínio se transformou em mais um obstáculo, alguns moradores construíram “puxadinhos” em áreas de uso coletivo reproduzindo a estética familiar da favela, apartamentos foram vendidos descumprindo regras adotadas para o

assentamento e por fim houve denúncias que o local teria se transformado em ponto de venda de drogas.

Algumas características analisadas por esse trabalho feito por Mara Marçal (2003) se aproxima da realidade vivenciada pelos moradores do Aglomerado da Serra. Um das questões são as dúvidas em relação ao morar nos prédios e no que a favela vai “virar” depois da urbanização”. Uma das entrevistadas de 26 anos moradora do lugar desde o nascimento ressalta “ os prédios vão ser favelas verticais”, destacando somente a mudança da arquitetura da moradia, mas não do estilo de vida e dos comportamentos vividos no cotidiano. Outro jovem de 16 anos pergunta: para quem o acesso vai melhorar? Para os consumidores de drogas que moram no asfalto? Refletindo sobre as verdadeiras causas desse projeto e a impossibilidade da diminuição do tráfico de drogas vir dessa política impositiva. Para Mara Marçal (2003)

Tal situação é exemplar para mostrar que o equacionamento da questão habitacional abrange medidas bem mais complexas que amera construção de prédios (empreitada que, por si só, exige o desembolso de somas consideráveis). Tampouco políticas de remoção e assentamento em locais distantes mostram-se efetivas. Tais ações, voltadas para o deslocamento de massas, em geral, são realizadas com pouco cuidado para com as pessoas, seus pertences, suas memórias, vínculos de vizinhança e hábitos consolidados. (Mara Marçal, 2003:95)

Dentro desta perspectiva, Clarice Libânio<sup>4</sup> citada no artigo *Intervenção radial na Favela da Serra* problematiza intervenções como essas que propõem avenidas rasgando, seccionando, separando e/ou fragmentando a favela, as e ligando-as com outros espaços da cidade. Isto, segundo sua ótica, gera benefícios, principalmente, para quem vai passar de carro pela favela. Esta autora vai ao encontro da fala do jovem morador e nos leva a perguntar as intenções reais envolvidas em tal empreendimento. Isso, já nos fornece pistas para tentar analisar os motivos de desconsiderar e impedir a participação da população da favela em todas as instâncias de planejamento e implementação do projeto de urbanização. Afinal, os moradores vão questionar uma série de medidas a partir de suas vivências concretas que não interessa muito as classes dominantes.

Assim, percebemos pelas entrevistas coletadas que mais um programa proposto pela prefeitura está sendo colocado em prática sem a participação efetiva da população interessada. As reuniões que aconteceram antes do projeto iniciar se mostraram informativas e não com o intuito de construir um saber coletivo ou alternativas a esse modelo de cidade vertical e valorizada. Traz um discurso de que é realizado com a participação da população local, no entanto, isso não ocorre, discute-se com as lideranças locais questões periféricas e sobre informações de como a urbanização ocorrerá, como, por exemplo, sobre as obras, as remoções de casas, construções de vias ou pela erradicação de áreas de risco, etc. Percebemos na fala do presidente da URBEL uma das contradições do programa

### **Considerações Finais**

Portanto, muito se fala sobre as favelas. Elas aparecem diariamente na televisão, jornais, revistas (no âmbito nacional ou internacional), livros, cinema, e em conversas cotidianas de qualquer grupo social. Na maior parte das vezes, fala-se sobre “a” favela, como entidade homogênea e quase fantasmagórica, representação da pobreza e da violência, ou romanceada como espaço puro de cultura popular, como resumo da metade de uma *Cidade Partida* mas não como realidade concreta, contraditória, heterogênea, peça integrante da

---

<sup>4</sup> Antropóloga, coordenadora do Favela é Isso Aí e ex-funcionária da URBEL.

engrenagem do mundo de hoje. Os dogmas reinantes hoje que a tratam como o *locus* da violência, como realidade que se reduz à violência, miséria e precariedade, têm endereço certo e efetivamente respondem a interesses específicos. As favelas fazem parte da cidade, como produtos e ferramentas desse mundo capitalista e, como tal, atores e vítimas de suas desigualdades e seus objetivos.

Nesse sentido, o histórico de intervenções urbanas em favelas nos mostra que há um movimento constante de separação, de cisão entre favela e cidade, sendo a primeira assumida como um problema urbano que afeta o desenvolvimento e compromete a ordem social vigente, necessitando, assim, de ações que visem sua extinção ou mesmo uma reforma encaixando-a em um padrão de habitação e modos de vida partilhados pelos espaços legitimados da cidade. Assim, percebe-se que neste processo de urbanização os enfrentamentos e as formas organização de vida cotidiana dessa população não são levadas em conta e, portanto, tal urbanização gera alguns agravamentos nas condições de vida dessas pessoas. Tais propostas desconsideram movimentos e lutas dos favelados no sentido de buscarem soluções para resolução dos problemas enfrentados. Os moradores da favela vêm historicamente se mobilizado no sentido de buscar melhorias de suas condições de moradia e, tem resistido a propostas com fins de acabar com a favela e degradar as condições de vida sob um discurso de melhorias dessas populações.

Dessa forma, cabe perguntar por que as organizações e resistências dos moradores tem sido invisibilizadas e ignoradas em prol de uma lógica de especulação imobiliária e de mercado que procura empurrar para o mais longe possível a diferença que denuncia as desigualdades sociais, raciais e espaciais dentre outras em nosso país. Para compreender esse processo é importante trabalhar com a idéia de estigma social ao qual, os moradores de favela são submetidos. Assim, é importante analisar o processo sócio-histórico de emergência desse local de moradia, bem como, o grupo social que ali se instala, compreendendo esse fenômeno dentro de uma dinâmica psicossocial de análise e, dessa forma, considerando as relações entre as condições da estrutura social e da emergência desse segmento populacional na sua busca pelo direito a moradia e melhores condições de vida.

## **Referência Bibliográfica**

BH Programa Vila Viva ou Vila Morta?

<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2008/10/429697.shtml>

BURGOS, M. B. (2006). Dos parques proletários ao Favela Bairro: as políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro. In: Zaluar, A. Alvito. M. Um século de favela. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, pp. 25-60.

CAMPOS, J. F. (2008). Lições do caos e da pobreza. In: Estado de Minas.

GOMES, G. C. (2008). O projeto de “urbanização” Vila Viva e a valorização do valor na reprodução social do espaço de Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. Universidade Federal de Uberlândia.

<http://www.favelaeissoai.com.br/noticias.php?cod=59>

<http://www.pbh.gov.br>

Intervenção radial na Favela da Serra. <http://www.favelaeissoai.com.br/noticias.php?>

JACQUES, P.B. (2007) A Estética da Ginga. Rio de Janeiro: Casa da Palavra.

KOGA, D. (2003). Cidades entre territórios de vida e territórios vividos. In Medidas de Cidade. São Paulo: Editora Cortez, , pp. 23-49.

OSTOS, L. M. B. (2004). As Idéias do lugar: Plano Global Especifico. As idéias brotadas do lugar: participação e conteúdo. Um estudo a partir da Vila da Paz em Belo Horizonte. Programa de pós Graduação em Geográfica. Instituto de Geociências UFMG. Belo Horizonte.

SALLES, M. M. (2003). A favela é um negócio a fervilhar: olhares sobre a estigmatização social e a busca de reconhecimento na Pedreira Prado Lopes. Dissertação de Mestrado. FAFICH, Belo Horizonte.

SANTOS, M. (1997). Os pobres na cidade. In: Santos, M. A Natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Editora Hucitec, 1997,pp. 258-262.

VALLADARES, L.. (1999). “Que favelas são essas?”, In Insign Inteligência.

\_\_\_\_\_. (2000) “A Gênese da Favela Carioca”. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Volume 15, número 44. São Paulo, Outubro.